



C Á V A D O
a l g u n s o l h a r e s

ASPA

Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural e Natural



C Á V A D O
a l g u n s o l h a r e s

ASPA

Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural e Natural



BRAGA
1994

EDIÇÃO
ASPA

COORDENAÇÃO
teresa barbosa

COLABORAÇÃO
josé moreira e pedro gomes

FOTOGRAFIAS
pedro gomes e amélia oliveira

ARRANJO GRÁFICO
luís cristóvam

APOIO
**governo civil de braga
instituto da juventude**

IMPRESSÃO
litografia AC

DEPÓSITO LEGAL
71305/93

I
APRESENTAÇÃO

CÁVADO: UM PROBLEMA DE TODOS...

manuela barreto nunes *

Numa época em que as Autarquias de todo o país se afadigam com a fase terminal dos seus Planos Directores Municipais, as questões relacionadas com a definição das áreas de desenvolvimento assumem uma importância particular, nomeadamente no quadro dos espaços do Património Natural e Cultural que urge preservar e enquadrar nos planos globais de urbanização.

No concelho de Braga que, em questões de crescimento urbano tem uma história desastrosa, o debate tem-se centrado sobre o espaço específico da cidade e de algumas freguesias marcadas pela presença de monumentos nacionais, ficando "esquecidos" outros aspectos de primordial importância para a definição de um desenvolvimento equilibrado, que conjugue a preservação dos ambientes naturais e culturais - num sentido que assimila o património construído propriamente dito à sua dimensão antropológica - com as necessidades de crescimento actuais.

Esteve neste caso, até à recente criação da Associação de Municípios do Vale do Cávado, o Rio Cávado, a maior corrente aquática que atravessa o concelho, cujos potenciais de aproveitamento turístico atraem cada vez mais investidores, e cujas margens e leito não só albergam exemplares preciosos do património rural construído que durante séculos exprimiram o modo de vida das populações ribeirinhas, como se enquadram num meio ecológico cuja degradação através de construções não planeadas é necessário evitar.

Azenhas, moinhos de água, pesqueiras, engenhos de serra e de linho, são algumas das construções que se podem encontrar ao longo do percurso do rio e que estão intimamente ligadas à definição secular de uma cultura em que os produtos e a energia fornecidos pelo curso fluvial desempenham um papel fundamental, como aliás se pode verificar pela leitura de alguns dos textos aqui publicados.

A crescente degradação, causada quer pela acção deliberada do homem, quer pelo simples abandono, a que estão sujeitos estes testemunhos preciosos da nossa história e o ambiente natural que os enquadra, exige de todos nós, cidadãos empenhados na conservação da nossa identidade cultural e, sobretudo, das entidades responsáveis, uma atitude construtiva de preservação e valorização.

É necessário que sejam devidamente definidas as áreas de Reserva Ecológica Nacional das margens do Cávado nos Planos Directores Municipais dos vários municípios, que sejam inventariados, classificados e preservados os elementos do Património Cultural Construído que dele aproveitaram, e nalguns casos aproveitam ainda, a força energética e os recursos naturais.

É necessário que seja definida uma utilização sócio-cultural e educativa destes espaços, que rentabilize e dê sentido à sua recuperação e preservação, sem lhes alterar radicalmente as funções primordiais e mantendo o equilíbrio natural envolvente, isto é, que permita às populações locais e aos visitantes fruir uma área fluvial agradável e rica de significado cultural.

Como se teve a oportunidade de observar ao longo do passeio realizado pela ASPA, abrangendo áreas ribeirinhas dos concelhos de Braga e da Póvoa de Lanhoso, um percurso pelo Cávado pode ser uma verdadeira lição ao vivo, uma imagem ora linda e bucólica, ora triste e degradada de um Rio que ajudou a definir séculos de história e cuja destruição significaria o desaparecimento de um elemento essencial da memória e da identidade cultural deste Minho cada vez menos pitoresco.

Embora, em cultura, a cooperação não careça de agradecimento, a ASPA não poderia deixar de registar a colaboração do Instituto da Juventude, que apoiou esta publicação, de todos os que elaboraram os textos que a compõem e ajudaram na preparação do passeio e do debate e, muito especialmente, do Museu do Mosteiro de S. Martinho de Tibães e da Dr^a Aida Mata, que desde o início participou na organização desta iniciativa.

II
ORIO

PRADO E O CÁVADO NO "ARCHIVO PITTORESCO" (1865)

henrique barreto nunes *

Uma das conseqüências mais importantes do triunfo do Liberalismo em Portugal foi, como sucede em todas as revoluções de carácter progressista, a abolição da censura.

A partir de 1821 começaram a poder circular livremente em Portugal os livros, os jornais e as demais publicações periódicas, até aí severamente controladas.

E se essa medida foi decisiva, como é evidente, para o surto cultural que a partir de então se verificou, provocou igualmente a proliferação da publicação de jornais e revistas, que se multiplicaram por todo o país, atingindo números invejáveis, sobretudo no último quartel do séc. XIX.

A produção literária foi estimulada pela existência dessas publicações, nelas tendo colaborado regularmente grandes nomes da nossa cultura.

Basta recordar, por exemplo, a íntima relação entre Alexandre Herculano e o "Panorama". Mas o "Universo Pitoresco", o "Archivo Popular", o "Artes e Letras" e o "Archivo Pittoresco" foram igualmente revistas de grande qualidade, algumas magnificamente ilustradas para a época e possuindo um excelente grupo de colaboradores.

É, aliás, com enorme prazer que ainda hoje folheamos essas revistas, recheadas de artigos interessantes e de gravuras reveladoras.

Episódios da nossa história, biografias, folhetins literários ou políticos, relatos de viagens, pequenas monografias locais, descrições de monumentos e de paisagens, o nascente interesse pela arqueologia e pela etnografia, constituem os temas preferidos destas publicações, onde vão entroncar algumas das revistas científicas e literárias que surgirão no final do século XIX.

O “Archivo Pittoresco” foi uma das mais apreciadas revistas dessa época. De periodicidade semanal, fartamente ilustrada, publicou-se em Lisboa durante 11 anos (de 1856 a 1867) sob a responsabilidade dos Editores Castro e Irmão, tendo chegado a atingir uma tiragem de 5000 exemplares.

O “Archivo Pittoresco” abordava variados assuntos, nacionais e estrangeiros, tendo nele assinado a sua colaboração alguns nomes ilustres das nossas Letras, tais como António Feliciano de Castilho, Pinheiro Chagas, Inocêncio, Vilhena Barbosa, Tomás Ribeiro e outros.

Esta revista impunha-se pela qualidade das gravuras em madeira que ilustravam os seus artigos (de que eram autores, p. ex., Nogueira da Silva e Barbosa de Lima), sendo hoje em dia, para nós, bastante grande a sua importância, pois nela são reproduzidos motivos perdidos do nosso Património Cultural, ou aspectos de localidades actualmente muito modificadas.

Foi desta revista que se recolheu o artigo e a gravura sobre a Vila de Prado adiante reproduzidos, que foram publicados no «Archivo Pittoresco, volume VIII, fascículo 23, em 1865, p. 177-178.

O texto é assinado por Inácio de Vilhena Barbosa, um dos mais prolíferos escritores da época, colaborador assíduo de inúmeras publicações tais como o “Universo Pittoresco”, “Panorama”, “Artes e Letras”, “Panorama Fotográfico de Portugal”, “Comércio do Porto”, etc.

Desde muito novo habituado à leitura das crónicas e dos clássicos, Vilhena Barbosa era senhor de vasta erudição, dedicando-se nos seus artigos sobretudo a temas de história e de arqueologia artística.

Foi no “Archivo Pittoresco” que V. Barbosa publicou grande parte dos seus trabalhos de investigação histórica e de descrição minuciosa de monumentos e de povoações portuguesas.

12 Vilhena Barbosa é ainda autor de alguns livros que abordam a temática referida, de entre os quais se devem destacar: *As cidades e as vilas da monarquia portuguesa que têm brasão de armas* (1860), *Estudos históricos e arqueológicos* (1874) e *Monumentos de Portugal* (1886).

A gravura da Ponte de Prado que ilustra o artigo é da autoria de Barbosa de Lima,

tendo sido «aberta na madeira» por João Pedroso.

Ao artigo propriamente dito pouco queremos acrescentar. Trata-se de uma pequena síntese histórica sobre Prado, completada por uma breve descrição da então Vila, das suas actividades e da paisagem, com largas referências ao Cávado. Aí se fala do problema da navegabilidade, da riqueza da fauna piscícola e da beleza das margens deste Rio minhoto.

Para nós, aliás, os mais importantes aspectos a reter são os relacionados com o Rio: “são tão cristalinas as águas do Cávado, que sem embargo de terem em muitos lugares, mesmo no Verão, um volume de metro e meio de espessura, vê-se perfeitamente através d’elas as areias e seixinhos do leito, aquelas todas brancas e estes multicores”. Hoje, ainda poderemos descrever desta maneira o Cávado?

Numa altura em que começa a haver enorme preocupação(‘) com o perigo da poluição incontrolada deste Rio (ainda) tão belo, que abundava em pescaria de peixes mimosos, cujas margens, agora criminosamente ameaçadas pela extracção de areias, eram de singular beleza e amenidade, um singelo texto como este deve fazer-nos meditar sobre a destruição que, perante a nossa impotência ou a indiferença e cumplicidade de muitos, tem vindo a sofrer o nosso Património Cultural e Natural, deve fazer-nos recordar que há só uma Terra e que é a nós que compete conservá-la.



VILLA DO PRADO

Está edificada esta povoação em terreno plano, proximo do rio Cávado, e distante da cidade de Braga 5 kilometros.

Foi fundada por el-rei D. Affonso III, que lhe deu foral no anno de 1260. O senborio d'esta villa pertenceu a diversos fidalgos até que el-rei D. João III o deu, com o titulo de conde do Prado, a D. Pedro de Sousa, que era senhor de Beringel, alcaide-mór de Beja e de Alcacer, e capitão-mor de Azamor. Este fidalgo, cujos bons serviços em Africa el-rei assim recompensou, descendia de D. Martim Affonso Cbichorro, filbo bastardo del-rei D. Affonso III, e de D. Ignez Lourenço de Sousa, vergontea da illustre e antiquissima familia dos Sousas, por tantas vezes alliada com a familia real, e successivamente elevada aos titulos de conde de Miranda, marquez de Arronches e duque de Lafões.

Continuou o senborio e condado do Prado nos descendentes de D. Pedro de Sousa, sendo o quarto neto d'este, por nome D. Francisco de Sousa, e 3º conde do Prado, creado 1º marquez das Minas por el-rei Pedro II.

A villa do Prado é uma povoação muito pequena, e de pouco trato commercial. Tem atravessado os seculos quasi estacionaria. Algum desenvolvimento que de tempos a tempos tem tido por effeito natural da paz publica, apenas lhe tem servido de reparar as perdas e damnos causados pelas guerras estrangeiras e discordias civis, que em tão differentes periodos tem agitado e infelicitado o nosso paiz.

Não tem a villa mais que uma igreja parochial da invocação de Santa Maria. A primeira matriz, que hoje é uma capella particular, tinba por orago S. Thiago de Francellos. Além d'aquelle templo, que não é notável por sua architectura, nem por vestigios de antiguidade, ou qualquer outra circumstancia especial, não possui esta villa monumento ou edificio algum digno de menção.

14 *A sua situação baixa, e a muita abundancia de aguas que regam e até alagam os campos que a cercam, fazem com que seja pouco salubre no verão, em que se desenvolvem ordinariamente febres intermitentes. Porém d'esta segunda causa do mal tiram os arrabaldes da villa muita belleza e frescura, pois que por toda a parte se vê basto e frondoso arvoredo de carvalhos e castanheiros, prados sempre verdejantes e semeados de flores e mananciaes continuamente a correr.*

Os productos agricolas reduzem-se a algum centeio e milbo, legumes, vinbo verde, frutas,

principalmente castanbas, linbo, e pouco azeite. Cria-se no concelho bastante gado, sobre tudo vaccum.

O rio Cávado fornece algumas pescas de lamprêas, salmões, trutas, enguias, bogas e escalos. As margens do rio, os campos e as collinas que os limitam são abundantes de caça rasteira e do ar.

A industria manufactora apenas exporta para fóra do concelho algumas teias de linbo e estopa, e grande quantidade de telba e loiça de barro, para o que ha na villa e seus arredores muitas olarias.

Comunicam-se as duas margens do Cávado, junto da villa, por uma extensa ponte de pedra de construcção antiga, chamada ponte do Prado, a qual se vê representada em a nossa gravura, que é copia de uma photographia do sr. Seabra.

O rio Cávado, denominado pelos romanos Celanaus, ou Celanus, e depois Cavus, e Cavadus, nasce junto ao logar do Cabo, em umas serranias que separam Portugal da Galliza. Descendo d'aquellas montanhas dividido em varios braços, junta-se em um só corpo nas faldas d'ellas, e corre em direcção á serra do Gerez. Proximo d'ella, no sitio chamado Váo do Bico, recebe em seu álveo o rio Homem, cuja fonte rebenta n'esta ultima serra. Pobre em seu berço, mas logo depois enriquecido com o tributo deste rio, e de outros ribeiros que em seu curso vae recolhendo, dirige-se o Cávado de este para oeste, banbando varias povoações, e lança-se no Oceano junto da villa de Esposende, que está sentada na sua margem direita, tendo pouco antes servido de espelbo à pittoresca e piscosa Fão. Em todo este trajecto as suas margens são de singular belleza e amenidade, principalmente ao atravessar a cêrca do magnifico convento de Villar de Frades, que pertenceu à congregação dos conegos seculares de S. João Evangelista, situado entre Braga e Barcellos; e desde abi até Fão, porque vae correndo sempre acompanhado e orlado de frondosos bosques de variadas especies de arvores.

Só é navegável por barcos pequenos pelo espaço de 10 kilometros, desde a foz até proximo da villa de Barcellos, e sel-o-bia por mais alguma distancia se a navegação não fosse impedida pelos açudes que o obstruem. Porém o que o commercio perde com similhante obstaculo ganha-o em formosura e paisagem, pois que os açudes fazem vistosas cataractas, cujas alvissimas escumas realçam, e são tambem realçadas pelos vendores que bordam as margens. São tão critallinas as aguas do Cávado, que, sem embargo de terem em muitos logares, mesmo no verão, um volume de metro e meio e mais de espessura, vê-se perfeitamente bem através d'ellas as areias e seixinbos do leito, aquellas todas brancas, e estes multicôres. Imagine-se o que baverá de delicias e de encantos n'essa viagem, embora curta.

Abunda o Cávado em pescaria de peixes mimosos, taes como salmões, lamprêas, trutas, saveis e bogas. Foi tão abundante outr'ora dos primeiros, que se acha em memorias escriptas, que houve lanço, nos tempos antigos, de quarenta salmões. Dizem as mesmas memorias que na antiguidade se tirava oiro das suas areias, e que tambem n'ellas se encontravam ás vezes jacinthos, ametbistas e cristaes.

D'entre as pontes que o cortam é celebre a de S. Thomé de Perozello, com doze arcos, por se attribuir a sua fundação aos romanos. Dava passagem a uma das cinco vias militares que saíam de Braga para Astorga, e era esta a que se dirigia pela serra do Gerez, e é conbecida pelo nome de estrada da Geiria, feita, ou reedificada, pelo imperador Vespasiano.

A barra do Cávado consentia a entrada de escunas e biates em tempos ainda não muito remotos. Porém ao presente acha-se tão areiada, que só offerece accesso a embarcações pequenas, sendo obrigadas as de maior lotação a carregar ou descarregar junto da visinba costa. Era a barra defendida por um forte, construido na margem direita do rio. Hoje está obstruido de areias.

I. DE VILHENA

A NAVEGABILIDADE DO CÁVADO: QUIMERA E REALIDADE

miguel melo bandeira*

A imagem que melhor define o território onde o vale do Cávado está inserido é a de um “teclado de piano”. Assim se referiu Orlando Ribeiro à estrutura geomorfológica do noroeste português pertencente ao Maciço Antigo Ibérico, cujos relevos, alinhados genericamente (ENE-WSW) sob um paralelismo de natureza tectónica, estão cortados por deslocamentos de falha transversais, nos pontos onde curiosamente se formam as características portelas dos interflúvios minhotos. São serras de baixa altitude e de formação recente, intervaladas nos seus tramos vestibulares por amplos vales de declive suave, que em contrapartida se acentuam abruptamente ao correrem em entalhes vivos no curso superior dos seus rios. Consusbstanciados predominantemente em granitos e xistos podemos aqui também encontrar afloramentos quartzíticos que testemunham as Eras mais remotas da geologia peninsular.

Os vales minhotos estão expostos à penetração directa dos ventos marítimos de Oeste, não encontrando nenhum obstáculo à sua penetração, senão a partir do confronto com o alinhamento montanhoso do interior, constituído pelas serras mais elevadas, e que forma uma verdadeira “barreira de condensação” responsável pelas abundantes precipitações que alimentam os caudais deste sistema hidrográfico.

Os vales dos principais rios minhotos - Minho, Lima e Cávado - durante a máxima transgressão flandriana (há cerca de 5000 anos) comportavam importantes trechos de penetração marítima formando estuários ou lagunas que vieram corresponder aos actuais cursos inferiores. Pelo que ainda hoje é possível detectar testemunhos de erosão fluviomarina nos terraços aluviais soçobrantes.

Foi nestas condições, desde a pré-história, que se reuniram importantes factores de fixação das populações, nomeadamente por estas formações garantirem uma importante fonte de recursos e simultaneamente pelas facilidades de comunicação que proporcionavam.

Os rios constituíram, desde então, importantes vias de circulação incrementando o nascimento dos primeiros aglomerados populacionais, em especial nos pontos terminais de navegação interior. "Neles se fazia a ligação com os grandes itinerários terrestres, que aproveitavam os corredores dos vales e depressões, periféricos às terras serranas".¹

O desenvolvimento histórico dos povoados do interior minhoto é indissociável da sua relação com rios. Orberno em 1147, a quem se atribui a mais antiga descrição do Entre-Douro e Minho, descreve as cidades importantes de então com base nos respectivos rios que lhe dão acesso. Tuy estava para o Minho, como Ponte de Lima para o Lima, Stº Tirso para o Ave, e Braga, ainda que não o contactasse directamente, para o Cávado.

A navegação fluvial organizou-se em articulação com a navegação costeira de cabotagem e com os pontos de cruzamento das principais rotas terrestres. Os barcos tinham de possuir a robustez necessária para resistir às ondas do mar e simultaneamente a flexibilidade de estrutura susceptível de navegar nas águas pouco profundas dos rios. Contudo, a navegabilidade destes vales nunca atingiu as proporções que se manifestaram nas vizinhas rias Galegas, nem mesmo nas reentrâncias mais significativas do litoral Português, como foi o caso do Douro, Tejo e Guadiana, ou mesmo nos rios de menores dimensões (Vouga, Mondego e Sado), mas cujas condições permitiram prorrogar o tráfego fluvial por mais tempo.

Entretanto, o assoreamento foi-se acentuando com a desflorestação e os arroteamentos que uma população progressivamente mais numerosa encetou. O desenvolvimento da navegação em alto mar perpretado a partir do Séc. XV e o conseqüente aumento do calado dos navios, o controlo da pirataria e a transferência das principais rotas comerciais para os grandes portos marítimos no Séc. XVI, foram factores que, no seu conjunto, contribuíram para o declínio da navegação fluvial. Pelo que "a história dos portos marítimos de Portugal é, em boa parte, a do deslize progressivo dos sítios em direcção ao mar"².

O Cávado não fugiu à regra e, por conseguinte, a importância da sua navegabilidade esteve relacionada com o evoluir destes acontecimentos. No entanto, devido à falta de contactos alternativos inequívocos, o tráfego comercial do Rio prevaleceu, pelo menos até ao final do Séc. XVIII, estreitamente ligado à

economia da cidade de Braga. Situada sensivelmente próximo do extremo limite do seu leito navegável, o Celandus, ou Celanus, e depois Cavus, e Cavadus, como lhe chamaram os romanos, era nessa área atravessado pela geira romana, que inflectindo em direcção à serra do Gerês, punha em contacto Bracara Augusta-Aquae Flaviae-Astúrica. Aí se processaria todo o movimento de trocas entre os produtos exportados do hinterland bracarense pelos produtos importados através dos principais portos marítimos.

No estudo efectuado por F. Castelo-Branco³ sobre o tráfego comercial do Cávado, transcreve-se uma passagem de D. Jerónimo Contador de Argote, datável por volta de 1734, onde este indaga um cidadão de Barcelos sobre as condições de navegabilidade do Rio. O qual lhe retorquiu dizendo que “no tempo de verão, tirados os açudes, se o rio se encanasse, sempre se entende haveria água, para navegarem barcos pequenos, ou sem quilha até à furada (situada nos arredores de Braga a légua e meia de Prado)”⁴.

O comentário ilustra bem as dificuldades que na primeira metade do Séc. XVIII se faziam sentir ao circular no Cávado. Já então era difícil navegar, por força da minguia de águas no estio e das inúmeras edificações ligadas ao aproveitamento do Rio (azenhas, moinhos, açudes e pesqueiras) que obstruíam o leito. Outro dos aspectos que esta informação nos revela diz respeito à importância de que se revestiam as obras de regularização do leito do Rio na relação directa que a navegabilidade representava para o desenvolvimento da economia de Braga e das populações ribeirinhas. Se, até ao século XVI, a supremacia económica de Braga na região envolvente esteve intimamente ligada ao tráfego fluvial do Cávado, o desenvolvimento da navegação marítima neste período relegou-a para um nível polarizador muito inferior ao do Porto. Todavia, o Rio continuou a representar um canal vital no escoamento dos produtos que este aglomerado comercial citadino centralizava.

Pelo Cávado exportavam-se algumas das principais produções da região. A madeira e a lenha parece terem obtido maior continuidade nas exportações do rio, mas também eram transportados produtos agrícolas, como vinho, milho, feijão, laranjas, limão, e outros artigos locais, como aguardente, louça de barro, panos de linho, toalhas e guardanapos, tecelagens, cutelaria e variados objectos de manufacturas de Braga e Guimarães. Ao invés, há notícia em 1630⁵ de, pelo Rio, chegarem ao mercado abastecedor de Braga,

frutos secos, especiarias, azeite, algodão, panos da Índia, pau brasil, peixe seco, metais diversos, açúcar e tecidos de cor e de lã. Passado um século, sabemos que se importava, através do Cávado, “Sal, cal, azeite de peixe, bacalhau, açúcar, arroz, manteiga, ferro, aço, carvão de pedra, panos de lã e outros objectos que o País não produz”⁶

Impunha-se melhorar a navegabilidade do Rio. Porém, os testemunhos recolhidos sugerem que o encanamento do Cávado não passou de uma quimera. Entre 1795 e 1809 foram mesmo regulamentadas as obras para esse efeito, sem que objectivamente se tenham sentido os seus resultados. Para esse mesmo efeito foi decretado por alvará régio⁷ o arranque das obras de encanamento que permitiriam navegar desde a barra de Esposende até ao vau do Bico (na confluência com o rio Homem). Neste sentido, foi estipulada uma contribuição sobre a venda “por miúdo” da carne e do vinho que abrangesse não só Braga e as populações ribeirinhas, mas também aquelas terras que indirectamente e por interposto de Braga beneficiassem do seu comércio. Daí encontrarmos referências a Guimarães, Montalegre e Chaves. Em 25 de Agosto de 1809 estas obras foram suspensas, não porque fosse posta em causa a legitimidade do projecto, mas pelo facto de se ter concluído “que nesta obra se trabalha inutilmente há treze anos, e que tendo-se já dispendido nela a grande soma de quatrocentos e vinte mil cruzados”⁸.

O forte declive resultante das recentes elevações tectónicas, associado à progressiva implementação de construções destinadas ao aproveitamento hidráulico, determinaram em definitivo o desvio do investimento público para as ligações terrestres. Embora persistente, a navegação foi esmorecendo, ficando apenas circunscrita aos ancestrais serviços do barco e barca de passagem. Estes eram explorados por barqueiros que transportavam entre as suas margens pessoas e bens, chegando, nalguns sítios, a durar até aos nossos dias.

Em síntese, até à data da construção das azenhas e pesqueiras era possível navegar em barcos pequenos até à Furada, perto de Braga.

Em 1738, os “barcos grandes como aqueles de Setúbal, que vão pescar ao alto”⁹, iam de Fão, no Inverno, até Vilar de Frades (uma légua a montante de Barcelos), quedando-se no verão pela “Aldeia de Merecer, que dista de Fão duas léguas, ficando mais abaixo da vila de Barcelos um pequeno passeio”¹⁰.

Por meados do Séc. XIX era então só navegável “por barcos pequenos pelo espaço de dez quilómetros desde a foz até próximo de Barcelos”¹¹, consentindo a barra, algum tempo antes, a entrada de escunas e hiates.

Finalmente em 1932, Lautensach¹² observou que a navegabilidade do Cávado era apenas de 6 Km até à Barca do Lago, correspondendo a 5% do seu comprimento total, consignando-se como um dos principais rios portugueses de menor penetração, sendo só mesmo ultrapassado pelo rio Ave.

A (in)volução da navegabilidade do Cávado compreendeu a utilização de barcos cada vez mais pequenos, uma menor diversificação de mercadorias transportadas, o acréscimo do número de transferências dos carregamentos e finalmente o recuo para jusante do extremo navegável.

Hoje em dia a navegação longitudinal do Cávado desapareceu, as determinantes naturais impuseram-se definitivamente na altura em que se reuniram as condições técnicas para fazer o seu encanamento e dar viabilidade ao tráfego fluvial, a lógica dos custos preteriu este desiderato em favor do caminho de ferro e das estradas. Em contrapartida o desaire não foi total, como nos ilustra Inácio de Vilhena Barbosa no *Archivo Pitoresco*, aquilo “que o comercio perde com semelhante obstáculo ganha-o em formosura e paisagem”¹³.

Contudo, perdida a navegabilidade, o ambiente soçobranste parece estar destinado ao mesmo fado. Obstruído, pelos destroços do património que aproveitava as suas águas sem as ferir, devastadas as margens pela extracção criminosa de areias, tratado como um canal de efluentes e territorialmente desordenado pela contemporização dos políticos, o Rio Cávado é cada vez mais uma presa frágil na mira de interesses privados pouco transparentes.

A necessidade premente de preservar o equilíbrio ambiental, associada à dimensão pragmática que os tempos de lazer ocupam nos dias de hoje, justificava a revitalização do Cávado e das suas áreas ribeirinhas. Um novo sentido de navegabilidade urge pois recuperar, não já a do comércio e dos navios de transporte, mas a dos itinerários fluviais ligados a práticas integradas de educação, actividades náuticas e fruição.

Alguns Elementos Sobre o Vale do Cávado

A Bacia Hidrográfica do Cávado, estruturada fundamentalmente pelo Rio do mesmo nome e o seu principal afluente, o rio Homem (confluindo no lugar do Vão do Bico - 5Km a Norte de Braga), abrange uma área de 1589 Km² que se expande unicamente em território nacional.

O Rio Cávado nasce na Serra do Larouco, extremo Norte do Concelho de Montalegre, junto à fronteira com a Galiza, no lugar de Cabo (1527 mts alt.). Até à foz, em Esposende, percorre uma extensão de 118 Km, apresentando um declive médio abaixo dos 50 mts alt. de 1,14%, ao longo de 44Km. Até ao início do concelho de Amares, as altitudes não ultrapassam os 500 mts. Pelo contrário, os desniveis acentuam-se no curso superior, onde as altitudes geralmente ultrapassam os 700 mts.

Os limites da Bacia compreendem, a Norte, a fronteira com a Espanha e a linha de cumeada do alinhamento constituído pelas Serras Amarela (1381mts.alt.máx.), Oural e S. Gonçalo (492mts); a Este, as Serras do Larouco (1527mts), Sepêda (1217mts), Alturas (1279mts) e Marcos; a Ocidente, o limite Atlântico e, a Sul, a linha de cumeada das Serras da Cabreira (1262mts), S. Mamede (744mts), Carvalho (566mts), Airó (413mts) e Franqueira.

Os Principais afluentes do Rio Cávado, de montante para jusante, são respectivamente: o Rabagão, Salto do Urso, Cova e Lima (margem esquerda) e Cabril, Fafães, Gerês, Caldo, Homem, Febras e Lombão (margem direita).

O escoamento anual médio verificado na estação hidrográfica de Barcelos (Bacia-1,4 Milhares de Km²) é de 1,7 milhões de m³, com um máximo médio de 2,1 milh. m³ e um mínimo médio de 1,3 milh. m³ (sendo um dos mais altos do País). O caudal médio em 3 anos de registo é de 54m³/s.

O Rio Cávado está instalado no fundo de um Semi-Graben (depressão por abatimento de falhas) assente predominantemente em formações graníticas dos períodos Pós-estefanianos e Ante-Vestefalianos. Junto ao litoral encontramos duas faixas metamórficas e sedimentares de xistos e grauvaques do Silúrico e Ordovícico, com uma direcção transversal ao alinhamento dos relevos de NW-SE, bem como na área transmontana.

Em termos administrativos, a Bacia do Cávado está praticamente inserida no Distrito de Braga, excepto a área integrante do Concelho de Montalegre, pertencente ao Distrito de Vila Real. Além dos Concelhos de Amares e Terras de Bouro, que estão integralmente incluídos na Bacia, os restantes Concelhos que a compõem são (W-E): Esposende, Barcelos, Braga, Vila Verde, Póvoa do Lanhoso, Vieira do Minho, Montalegre e algumas reentrâncias pertencentes a Boticas.

A rede hidrográfica deste Rio é em inúmeros pontos objecto de aproveitamento hidroeléctrico, sendo em meados deste século, conjuntamente com o vale do Lima, responsável pela produção de 36% da Hidroelectricidade em Portugal.

Bacia do Cávado



- 1 Daveau, S.,in, - Geografia de Portugal - por Orlando Ribeiro e Hermann Lautensach, Lisboa, Ed Sá da Costa, 1987, Vol.IV, p.1141
- 2 idibid
- 3 Castelo-Branco, Fernando -"A economia Bracarense e o Tráfego comercial do Cávado", Braga, Sep. Bracara Augusta, Tom.XXXIII, Fasc.75-76(87-88), Jan-Dez.1979
- 4 id, p.4
- 5 id, p.14
- 6 id, p.11
- 7 20 de Fevereiro de 1795, assinado pelo futuro D. João VI
- 8 id, p.8
- 9 id, p.11
- 10 idibid
- 11 Nunes, Henrique Barreto-"Prado e o Cávado no Archivo Pittoresco"-1865", Prado, Sep.Canoa ,2, 1984
- 12 Lautensach, Herman- Geografia de Portugal - por Orlando Ribeiro e Hermann Lautensach, Lisboa, Ed Sá da Costa, 1988, Vol.II, p469
- 13 id. nota 11

*Geógrafo

III
HISTÓRIA E TRADIÇÃO

FONTES IMPORTANTES DE RENDIMENTOS PARA O MOSTEIRO DE TIBÃES

aida mata *

Os moinhos espalhavam-se pela beira oriental do rio Torto, pelas freguesias de St^a Maria de Panoias (moinhos de Penellas, Pontesinhas e o de Armentão) e de St^a Maria de Mire (moinhos do casal de Penela, moinho da Devesa, em Ruães e os moinhos do Sobrado). Possuíam, normalmente, “três rodas, uma de trigo e duas de segunda e junto a elas uma casa térrea”. Eram alimentados por água de levadas que vão do rio Torto para as veigas do Sobrado e Argaçal para renderem mais os dízimos e a renda delas crescer. Exceptuava-se o grupo de Pontesinhas, que constava de três casais de pedra, um engenho de serra e uma casa próxima para despejos. Moíam no inverno e paravam, por falta de água, no Verão, época em que funcionavam as azenhas do Rio. Eram arrendadas por um ano, dois ou três, mas podiam ser aprazados, se incluídos em terras, por tempo de “três vidas pereita e acabadas” como aconteceu com o prazo que fez o Mosteiro de Tibães a Dias Gonçalves e mulher da freguesia de Frossos. As rendas eram recebidas em alqueires de pão meado, frangos, ovos e por vezes em arrâteis de marran. Entre 1698 e 1724, as rendas mais elevadas dos Moinhos do Sobrado registaram-se no triénio 1690/1700 com o pagamento de 64\$400 reis e os mais baixos eram no triénio de 1704/1706 com 20\$185 reis. Para além dos moinhos referidos, possuía o Mosteiro em exploração directa e no interior da Cerca moinho de segunda e de trigo, um engenho de serra e um engenho de azeite, onde o camponês que possuía oliveiras era obrigado, sob pena, a fazer o azeite e pagar a renda estipulada. A Quinta da Eira possuía um moinho de pedra e um engenho de azeite com alguergue de moer com bois.

27

Aquando do encerramento do Mosteiro e quando, em 1834, se procedia aos autos de louvação foram avaliados os rendimentos anuais dos Moinhos de Penellas em três carros de pão que, ao preço de 200 reis, renderam 24\$000. Ao engenho de serra de pontesinhas foi atribuído um rendimento

anual de 12\$000 e um valor de arrematação de 900\$000. O engenho de azeite da Cerca foi vendido, em 1841, por 18\$000.

Segundo o sr. Domingos da Costa e Sousa, um dos dois moleiros ao activo nas freguesias de Panoias, Mire de Tibães e Padim da Graça, existiam há cerca de quarenta anos, só em Panoias, à beira do rio Torto, 32 mós. De família de moleiros, nascido no moinho de Pontesinhas, trabalha há trinta anos na profissão. É do tempo em que o rio Torto galgava as margens e o moleiro criava três porcos, “um para a renda do moinho, outro para a renda das Azenhas e outro para comer”, e moía sete arrobas de trigo por semana só para uma família.

Agora, no Moinho da Maíinha, que arrenda por 10 contos ao ano, apenas moi milho e centeio e o que ganha só dá, e mal, para se sustentar a si e à mulher. Para fugir à seca do Verão, e como não pode mudar-se para as Azenhas da Graça, comprou um moinho eléctrico para continuar a moer o pouco cereal que lhe é entregue. Pouco e cada vez menos porque “a boca ficou mais doce e o pão mais amargo”.

AZENHAS E PESQUEIRAS

Alternando na estação do ano com os moinhos, as azenhas distribuíam-se pelas freguesias de S. Paio de Merelim e de Sto Adrião de Padim. A data da sua aquisição ou construção não é fácil de determinar. Sabemos apenas que, em 1623, foram compradas duas azenhas por 30 mil reis e que, em 1645, estavam aprazadas ao Mosteiro as Azenhas e Bouça de Bao, a Azenha de Sto Adrião e do Inverno, a Azenha de Payo Moniz e de Meyo, a Azenha alveyra e a Azenha do Freixo e Pesqueira. A primeira entregava anualmente ao “Recibo” 40 reis e duas galinhas, a última, 13 alqueires (meado) e 2 lampreias. Os prazos eram normalmente feitos por “três vidas perfeitas e acabadas”, como no caso do prazo que fez o Mosteiro de Tibães a Fernando da Cunha Sotto Mayor do Casal do Penedo e das Azenhas e Bouça do Bao na freguesia de Sto Adrião de Padim. As rendas eram pagas anualmente pelo dia de S. Miguel. O valor económico deste conjunto é reconhecido e implementado.

Em 1652 adquirem-se cinco canais de pescaria nas “Azenhas de Baixo”, faz-se um “marachão” nas Azenhas de Verão para as defender das cheias de Inverno e em 1677 contrói-se uma “azinha alveyra no meyo do Rio aonde estava outra negreira”.

Obras de manutenção e a de aquisição de pedras “negreiras” e “alveyras” são constantes e levam-nos a concluir do interesse do Mosteiro por estes bens. Entre 1698 e 1724 as rendas das Azenhas subiram de 44\$00 reis (anuais) para 100\$000 reis e as das pesqueiras de 22 lampreias e 21 muges para 30 lampreias, 78 muges e 22 bogas.

O interesse por estes centros moageiros continua grande durante o Séc. XVIII. Em 1750 são conhecidas, na “Graça”, sete azenhas com três açudes, que tinham 14 canais de pescaria.

BARCO E BARCA DE PASSAGEM

Da exclusividade do Mosteiro de Tibães era o serviço de passagem do Rio Cávado no lugar de passagem, junto ao açude das pesqueiras (actual lugar da Veiga), abaixo de Nossa Senhora da Graça. O seu elevado arrendamento a três barqueiros (a primeira parte do pagamento anual era de 1\$500 reis e um frango) representava uma importante fonte de rendimentos durante os séculos XVII e XVIII. Existiam o barco e a barca. O primeiro destinava-se a travessia de pessoas e pequenas cargas, a segunda ao transporte de carros, animais de certo porte e mercadorias pesadas. Segundo velhos testemunhos contemporâneos a barca era de forma rectangular, com ligeira curvatura dos lados maiores. O chão era em estrado e as bordas protegidas com grades. A meio do estrado havia um alçapão que dava entrada a um pequeno porão de onde o barqueiro tirava a água que a barca colhia. Tanto ela como o barco eram de madeira de pinho e movidos à vara que o barqueiro, de pé, na ré ou no terço, manejava.

A confirmar a existência dos grandes rendimentos retirados pelo Mosteiro com os serviços de passagem do Rio temos a contribuição que o conselho de Tibães foi obrigado a efectuar em 1827, para pagamento de metade da “obra de conserto” da Ponte de Prado. Também a avaliação de 1834, realizada aquando da venda dos bens do Mosteiro, dos rendimentos anuais (172\$800 reis) e do

valor de capital (4012\$00) do barco e da barca comprovam a importância. É de realçar o valor de compra atribuído se o compararmos aos valores apontados para as diversas quintas do Mosteiro: Casa do Rio 490\$000, Quinta do Anjo 482\$300, Quinta da Amieira 850\$000, Quinta do Pedroso 1120\$000, Quinta da Eira 4230\$000.

Esta importância é confirmada por um texto de 1850 que, acerca da passagem do barco da "Graça", diz: "pela contínua passagem das gentes, que no barco atravessão o rio para ganhar a estrada que derige a Braga".

Esta vivência de séculos perdurou até há cerca de quarenta anos. A dona dos barcos era a mesma proprietária das Azenhas e Pesqueiras, a D^a Ana Gonçalves Quintas.

Alugava-os, segundo informação do Sr. Avelino Dias de 60 anos e morador na Graça, a dois ou três barqueiros, pelo preço de quatro contos. O preço de passagem era, na opinião da Sr^a Inês Fernandes da Cunha de 78 anos, de cerca de \$50 e pago na vinda e na barca de 5\$00.

Hoje só existe um barqueiro, o Sr. Manuel Martins da Rocha, que faz a travessia raramente porque a procura não é muita. Alguns habitantes locais possuem barcos, do modelo tradicional, que utilizam para recreio e pesca amadora.

E assim é mais uma tradição que desaparece anonimamente.

A LENDA DA BARCA

Recolha de maria joão*

“Da Barca, o que me lembro é que ela estava ali na borda do Rio, a gente ia dançar para cima dela muitas vezes, éramos raparigas novas, o que a gente queria era baile. Nunca cheguei a andar com ela, mas era muito grande. Nós íamos ao porão lá abaixo, descíamos e tornávamos outra vez a vir para cima...

Havia um homem, o pai do João da Toninha, que dizia que já tinha ido à Índia nela. Ele viu que a barca ficava bolida todos os dias, uma noite foi com a comadre dele e meteu-se no fausso. Ouvia mulheres a dançarem e a barca a andar. Às tantas, escutou:

- Olha que aqui cheira a fogo vivo! - disse uma das mulheres.

- Siga a festa, siga a festa. - reconheceu a voz da comadre. E a barca continuou viagem e elas todas a dançar e ele lá em baixo. A barca parou, ele viu-as a sair, saiu também, tirou um caninho duma árvore.

Depois a comadre no outro dia é que lhe contou:

- Olha que tu não te metas noutra, tu podias ser morto...

- Diz lá porquê?

- Porque não podes ir.

- E vós, caramba, que fostes lá fazer?

- Íamos no nosso baile, coisas nossas...

E depois dizia:

- Já fui à Índia, já fui à Índia e trouxe de lá um caninho...”

No rio Minho conta-se uma história semelhante a esta.

No Cávado já não existe esta barca, onde de dia dançavam as raparigas que iam ao lavadouro e, de noite, as bruxas. Mas o Tio Filipe, que tocava harmónica de boca enquanto as raparigas lavavam no rio e lhes contava histórias, já não tem assistência. Se ainda houvesse quem lavasse no rio, quem sabe se não existiria ainda uma barca para as raparigas dançarem em cima dela?...

*Arquitecta Paisagista do Museu do Mosteiro de S. Martinho de Tibães



Barco da Graça *in*

IV
PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO E AMBIENTAL

OS ENGENHOS QUE O CÁVADO FAZ MEXER

maria joão*

O Homem, ao ocupar o território, vai-o modelando. Nesse processo, que permite a criação de actividades que sustentam uma população fixa a determinada área geográfica, a água é uma das principais condicionantes.

A utilização, através dos tempos, deste recurso natural deixou marcas na Paisagem que constituem, não só um património arquitectónico com valores estéticos, mas também um testemunho da capacidade de resposta às necessidades sociais, aproveitando sabiamente as condicionantes físicas.

Somos, assim, confrontados com levadas, moinhos, azenhas, pesqueiras e engenhos demonstrativos da nossa cultura e das formas possíveis de integração do habitat na paisagem.

Segundo Orlando Ribeiro, Alberto Sampaio e Oliveira Marques, os moinhos de roda horizontal parece terem sido introduzidos pelos romanos, enquanto os de roda vertical o foram pelos árabes.

A palavra moinho, referente aos moinhos de roda horizontal, vem do étimo latino molinus. Por sua vez, acenia ou azenha, palavras que designam o moinho de roda vertical, são de origem árabe.

35

Independentemente do tipo de roda utilizada na captação de energia, os moinhos tinham a designação de alveiros, negreiros e de segunda, de acordo com o tipo de grão que moíam. Os

alveiros, de pedra calcárea, moíam trigo e os dois restantes, de granito, moíam milho e centeio.

A água dos ribeiros, conduzida por levadas, aumenta a sua velocidade nos cubos e, direccionada pelas seteiras, bate nas penas dos rodízios ou nas palhetas do rodete, transmitindo a sua energia ao moinho e/ou engenho.

Quando a força da água não é muita, acumula-se nas presas que, colocadas em cota superior, permitem obter temporariamente um jacto de água com potência suficiente para pôr em andamento o rodízio ou a roda da azenha de propulsão superior ou azenha de copos, caso em que o peso da água nos copos da azenha ajuda o movimento.

No Verão, quando a água é escassa nas ribeiras, a azenha de propulsão inferior consegue aproveitar a toalha de água correndo em declive e pôr a funcionar moendas e engenhos.

O Rio Cávado aparece cortado por paredes de pedra formando açudes, os quais desviam a água para os canais onde se situam as rodas. Estes açudes servem simultaneamente as azenhas da beira do rio e as do meio. Neste caso, é passando por cima delas que se faz o acesso à azenha. Os canais de pescaria onde, colocando uma rede, se pescava essencialmente a lampreia, eram feitos nestas paredes de pedra.

Nos açudes, a pesca era efectuada através dos engenhos de pescaria. Estes eram colocados dentro de uma câmara de pedra com cobertura e uma porta com tranca. Os engenhos aproveitavam a corrente do rio para fazer girar dois ou quatro braços de madeira com uma cesta na ponta. Quando a cesta estava na posição baixa, capturava o peixe e, no seu contínuo movimento de rotação, começava a descer, lançando o peixe para um tanque de pedra, onde ficava a aguardar que o viessem recolher.

Não era raro que os moinhos e azenhas se associassem a outras instalações acciona-

das, também, pela energia hidráulica, movendo serrações de madeira, engenhos de linho, lagares de azeite, etc., os quais funcionavam sazonalmente sob a responsabilidade de um engenheiro.

No livro de obras do Mosteiro de Tibães de 1730 encontra-se esta referência: "Foi um carpinteiro a Basto examinar um engenho de azeite para fazer o do Mosteiro". Quantos engenhos do Cávado poderão ainda servir de modelo aos "carpinteiros" de agora?

*Arquitecta Paisagista do Museu do Mosteiro de S. Martinho de Tibães



Moinho de água
Rodízio

ENGENHOS DE LINHO NO RIO PURIÇO

amélia oliveira*

O rio Puriço ou Ribeira da Casa de Mato, como aparece em algumas cartas topográficas, atravessa, entre outras, as freguesias de Parada de Gatim, Cervães e vai desaguar no Rio Cávado, na freguesia de Cabanelas, todas elas pertencentes ao Concelho de Vila Verde.

Ainda na segunda metade deste século havia dez moinhos de água a funcionar nas margens deste rio, na área pertencente à freguesia de Cervães. Eram eles: um moinho “de Espeçante”, um “dos Carreiras”, um “do Bouzinha”, um “dos Fortes”, um “dos Macedos”, um “dos Grilos”, dois “da Costariça”, um “do Talho” e mais acima, um “dos Léridas”, que se situa já nos limites da freguesia de Parada de Gatim. (1)

Alguns deles formavam amplos conjuntos com casa de habitação para os moleiros, engenhos de linho, de serração e lagar de azeite, que funcionavam como pequenas indústrias, sendo, como tal, tributadas pelo Estado, com pesados impostos, o que levou muitos deles a cessar a sua actividade. Alguns mantêm-se em actividade para consumo próprio e apenas dois se conservam como indústrias de moagem.

Dos conjuntos acima mencionados, destacam-se três engenhos de linho. Um pertencia à Casa de Espeçante, situando-se no lugar do mesmo nome, outro na Casa da Costariça, situado no lugar de Cobrosa, outro da Casa dos Fortes no lugar das Abalheiras. Pelos anos sessenta, este último funcionava em pleno, fazendo parte integrante de um conjunto que contava ainda com um engenho de serração, um moinho de quatro mós mais uma de motor para os anos de seca, uma casa de habitação e anexos para os animais e alfaias.

A casa dos engenhos, serração e de linho, estava separada da casa dos moinhos. Tinha na frente um grande terreiro ou rocio bordejando o caminho público. Este rocio era importante como apoio à actividade. Colocavam-se lá os troncos para a serra e encastelava-se a madeira serrada; no Verão; quando fazia (moía) o linho, as lavadeiras estendiam-se ao sol, a aquecer, enquanto esperavam a sua vez.

Esta casa dos engenhos assenta numa parede de suporte que nasce directamente do nível do Rio Novo (2). O alicerce é construído em pedra e grandes lages de granito da região. O resto da construção é feita em madeira: soalho, três paredes e estrutura de telhado. Os engenhos são também construídos em madeira.

O engenho de linho tinha como peça principal um cilindro (tambor) dentado, sobre o qual rolavam, em sentido contrário, outros cilindros dentados mais pequenos, presos nas extremidades com cunhas de madeira; estes dispõem-se a seguir uns aos outros, em grande parte da periferia do tambor, deixando apenas livre o espaço onde entra o linho e onde, para isso, se encontra uma espécie de mesa. Sobre esta mesa o linheiro ou a linheira colocava os pés do linho que ia fazendo entrar para o tambor até a manta ter a espessura conveniente. Esta era retirada com a ajuda de um gancho de ferro, que servia para a puxar até que se desprendesse e fosse retirada para colocar o novo linho e fazer outras mantas.

A roda motora funciona de conjunto com um cilindro que se situa na extremidade do eixo vertical que sustenta o rodízio; esta roda funciona na vertical e não na horizontal, como os engenhos movidos pela força animal.

40 A água passava canalizada sob a casa dos moinhos e saía em cales ou cubos reguláveis, sob as penas do rodízio; esta, depois de accionar o engenho, corria para o rio Novo que, ao fundo do campo do moinho, se liga de novo ao rio Velho ou rio Puriço.

O conjunto da casa do moinho e dos engenhos tem-se vindo a degradar por acções de puro vandalismo. Estas acentuaram-se neste ano de 1992, chegando ao auge da inconsciência e irres-

ponsabilidade. Todas as peças dos engenhos, soalho e paredes de madeira foram partidas, arrancadas, destruídas e lançadas ao fundo do rio.

A luta para preservar um património que documenta uma época do nosso passado é inglória. As autoridades nada fazem, apesar de denúncias frequentes. As leis não protegem as nossas "raízes" e a impunidade é total para os delapidadores dos bens particulares e, neste caso, de um património que a todos pertence. (3).

(1) Estes moinhos tomavam o nome da casa agrícola a que pertenciam.

(2) O rio Novo é uma derivação do rio Purigo com cerca de 500 m, que serve exclusivamente os Moinhos e Engenhos.

(3) Note-se que ainda recentemente este engenho de linho serviu de modelo para a construção de um outro em Pedraído - Fafe.

* Professora



Engenho de Linho

CÁVADO: QUE CONSTRUÇÕES

antónio martins *

A água sempre deslumbrou o homem. O rio foi, desde sempre, um local cobiçado. Além de ser um canal de transporte privilegiado, a fertilidade das suas margens contribui em decisivo para a atracção e fixação de populações e, naturalmente, para o desenvolvimento das respectivas actividades económicas.

Cedo se explorou a correnteza das águas como fonte de energia. As azenhas, os moinhos e os engenhos, implantados ao longo das margens e no meio dos açudes, disso são testemunho. Alguns há, ainda, que, apesar do quase nulo desenvolvimento da sua tecnologia nos últimos séculos, continuam a laborar e estão em perfeito estado de conservação.

O caso do Rio Cávado é exemplar, quando queremos apontar um local onde este tipo de construções existe em profusão, quer em estado de degradação adiantado, ou, em muitos casos ainda, em perfeito estado de conservação e, eventualmente, a trabalhar.

Além da protecção que deve obviamente ser dada à preservação dos poucos moinhos, azenhas e engenhos que continuam em funcionamento, bem como aos “artesãos” que ainda dominam as técnicas de laboração e de construção/reparação, há também que pensar na recuperação e reconversão daqueles que estão degradados.

Em primeiro lugar, pensamos ser necessidade imperiosa fazer o seu levantamento e posterior classificação. É também forçoso alertar as autarquias locais, nomeadamente as Câmaras Municipais e os técnicos responsáveis pela elaboração dos Planos Directores Municipais, uma vez que estes documentos podem ser um veículo simples e expedito na sua salvaguarda, de modo a impedir a

sua total alteração, ou destruição.

Outra questão que é, para todos os efeitos, da responsabilidade das Câmaras Municipais, consiste na fiscalização apertada sobre as obras (nomeadamente impedindo a sua clandestinidade) e, fundamentalmente, um grande rigor na apreciação das obras de recuperação, cabendo-lhes aí um papel pedagógico no diálogo com os proprietários e técnicos responsáveis pelas obras.

É, naturalmente, difícil propôr alternativas para a reutilização deste tipo de edifícios, dada a sua pequena dimensão e a relação forma/função que estão na base da sua concepção. São também difíceis de ultrapassar as limitações impostas pelas condições climatéricas junto aos rios, nomeadamente a humidade excessiva, mesmo durante as noites de verão e a dificuldade de acesso no inverno, devido ao grande caudal das águas.

Normalmente, a primeira ideia que surge é a de utilizar a azenha como habitação de fim-de-semana. No entanto, quando se começa a desenvolver o projecto, cedo se esbarra com a exiguidade do espaço disponível, que convida ao aumento da área através de enxertos à construção inicial, o que normalmente acarreta consequências desastrosas.

Uma solução possível é, por exemplo, a sua utilização como casa de fresco nos dias de verão e de apoio às actividades que normalmente são desenvolvidas no rio (banho, pic-nic, pesca, etc.). Quando o seu tamanho o possibilite, poderá pensar-se em actividades de âmbito mais colectivo: clubes, bares, etc.

De qualquer modo, é sempre possível fazer recuperações que mantenham a qualidade do edifício original, fazendo recurso aos materiais tradicionais, sem a utilização de lajes de betão, telhas, ferragens e outros acessórios impróprios nos vãos, dado que, além de se conseguir uma muito melhor qualidade formal e de integração, garante-se uma muito maior longevidade de construção e uma menor necessidade de conservação.

É também imperioso que haja um especial cuidado no arranjo da envolvente das construções (nomeadamente nas divisórias da propriedade) e no tratamento das margens, no sentido de

preservar a ambiência, plantando espécies tradicionais e indígenas, que garantam a manutenção das características paisagísticas e o habitat para a fauna local.

Claro está que este tipo de preocupações ficará esvaziada de sentido se, apesar de todo o cuidado posto na recuperação das construções tradicionais, se permitir a implantação de edifícios novos que entrem em conflito com a paisagem. Não se pense, porém, que tudo aquilo que se construa de novo deve obedecer a padrões e materiais tradicionais. Nada disso! Pelo contrário, há que ter cuidado e sensibilidade na interpretação dos sítios, distinguindo aquilo que é essencial e propondo formas, ritmos, cores, texturas e materiais que, apesar de modernos, se harmonizem com a envolvente.

Todas estas questões são naturalmente difíceis de levantar e mais ainda de serem levadas a consenso. Há que começar por suscitar os problemas de uma forma pedagógica, organizar discussões e, naturalmente, acreditar que o tempo fará com que a razão prevaleça.

* Arquitecto



CÁVADO: QUE AMBIENTE

pedro gomes *

Rio Cávado, lugar de prazer onde as águas ora são calmas, ora são rápidas mas sempre límpidas...Rio onde as margens são aprazíveis e com recantos sossegados onde a vegetação aquática se desenvolve.

Rio de trutas, de escalos, de bogas, de patos-reais, de galinhas de água, de garças e de lontras... Rio onde remar é bom e o banho um prazer nos dias de Verão..

Por enquanto, devemos dizê-lo. Por trás de toda a sua beleza, a realidade começa a ser outra.

Fonte de abastecimento público de água, o Rio Cávado deve ser assumido como um recurso precioso a ser conservado e a gerir com sensatez, o que para alguns responsáveis pela sua gestão vem sendo encarado com uma certa leviandade. Com efeito, o Rio tem servido apenas como local onde se vai buscar água e onde se pode despejar de tudo de uma forma muito conveniente pois a água circula e o “lixo” rapidamente é levado para as águas dos vizinhos.

Senão vejamos: Ribeira de Panoias, afluente da margem esquerda do Cávado, que ao longo do seu percurso, além de atravessar as freguesias de Real, Frossos e Panoias tem ainda a desdita de receber os esgotos da cidade de Braga. Como resultado, o que era há vinte anos atrás um percurso aprazível onde era possível o banho, a pesca e mesmo o abastecimento em água, não passa actualmente de um esgoto a céu aberto, nauseabundo e tóxico.

47

Já se imaginou o feliz habitante de um moinho, com águas transparentes e cheias de vida por baixo da janela e que actualmente, nos melhores dias, consegue adivinhar essa água por baixo

de uma camada espessa de espuma branca?

Já agora, sabe o que existe nessa água além de espuma e maus cheiros?

Para além de tudo aquilo que diariamente despejamos nas nossas casas (dejectos humanos, restos de alimentos, detergentes e sabões, lexívias, gorduras, papel, solventes variados,...) junte-lhe tudo aquilo que decorre das actividades comerciais e industriais de uma cidade com a dimensão de Braga (tipografias, laboratórios fotográficos, laboratórios de análises clínicas, indústrias metalúrgicas, oficinas de automóveis,...) bem como o que é arrastado pelas águas pluviais (poeiras, restos de combustíveis, óleos,...).

Sabia que os habitantes dessas freguesias, lamentando a ribeira perdida aprenderam a tirar partido da situação? Alfoces regadas com essas águas são mais económicas, não necessitam de adubo!

Felizmente, o Bracarense que não vai ao rio não é afectado por esta situação, desde que não consuma as referidas alfoces. A captação de águas que abastece a cidade situa-se a montante desta ribeira o que nos permite continuar a “despejar” alegremente os nossos resíduos tóxicos.

Para que o vale do Cávado não se transforme em mais um “vale do Ave”, é necessário actuar enquanto a situação é controlável. Um bom exemplo de uma situação que se complicou, têmo-lo em Barcelos, onde a solução, embora viável, tem tantas implicações políticas que o problema tende a não ser resolvido.

Só que solucionar implica dinheiro e disciplina no que se permite fazer e não fazer na zona de influência de um Rio.

48 Entretanto, a estação de captação de água para Braga está caduca (as consequências disso surgem quando uma das bombas se avaria, como sucede periodicamente) e os esgotos correm sem tratamento para o Cávado.

Não é só nos afluentes do Cávado que os problemas surgem.

Erradicadas as extracções de inertes, algumas situações pontuais de degradação permanecem, nomeadamente a presença de instalações de criação de aves e suínos nas margens do Cávado.

Felizmente, de momento o Rio tem um caudal suficiente ao longo do concelho de Braga para que esses problemas se resolvam quase localmente. No entanto, a médio prazo, impõe-se uma gestão racional da bacia, para que essa situação se possa manter. Se é imperioso o tratamento de todos os efluentes que são vertidos no Cávado também o é uma boa gestão da ocupação das suas margens. Para a estabilidade das suas margens é fundamental uma boa cobertura vegetal e o processo de autodepuração do Rio, único responsável até ao momento da boa qualidade da água, depende da integridade das comunidades naturais nele existentes. Todas as medidas tendentes à sua manutenção e eventual melhoria serão não só ambientalmente correctas como demonstrativas de bom senso económico.

Que este bom senso se sobreponha aos interesses imediatistas, para que as gerações vindouras possam usufruir do Rio Cávado.

* Biólogo



V
ANEXOS

CÁVADO - MEMORANDUM

Até 1983

Para além da poluição diversificada, desde os efluentes domésticos até aos industriais, a ameaça, até esta data, era a extracção de inertes em vários pontos do Rio, predominando no tramo compreendido entre os concelhos de Esposende e da Póvoa de Lanhoso. Algumas dessas extracções estavam licenciadas pelos Serviços Hidráulicos, mas a maior parte era clandestina. Retiravam-se então diariamente do Rio milhares de toneladas de areia. Lembremo-nos a este propósito dos famigerados “poços”, verdadeiras armadilhas onde alguns banhistas mais incautos perderam a vida.

Paulatinamente, as margens foram sendo destruídas, bem como a vegetação que as bordejava, ficando definitivamente alterada a paisagem do Rio.

Setembro de 83

Reunião da Assembleia Distrital de Braga onde o Cávado, suas margens e águas, foram tema de debate.

Fevereiro de 84

Debate sobre o Cávado promovido pelo Governo Civil de Braga, seguido de visita aos locais mais degradados do Rio. Na sequência deste encontro foi criado um grupo de trabalho, coordenado pelo Governo Civil, e que incluía representantes dos municípios ribeirinhos, Serviços Hidráulicos e Comissão de Coordenação da Região Norte (CCRN), tendo como principal objectivo desenvolver um estudo do Rio destinado a promover a sua preservação.

Junho de 84

É estabelecido um protocolo entre o Grupo de Apoio ao Governo Civil e a Universidade do Minho com vista ao estudo da Bacia do Cávado. Deste acordo passou a efectuar-se o controlo químico e biológico das águas, inventariaram-se as fontes de poluição e procedeu-se ao estudo sistematizado da componente geológica.

Entretanto, a atenção da opinião pública, e por arrastamento a dos políticos, progressivamente voltada para o Rio, veio a condicionar uma efectiva diminuição das extracções de inertes clandestinas.

Entre 84 e 92

Lamentavelmente, por razões que se prendem com os jogos políticos, em parte resultantes das alterações cromáticas nos órgãos do poder local, o grupo extinguiu-se. Perdeu o Rio, perdemos todos nós!

Algumas extracções voltaram a laborar, outras, contudo, desistiram fruto de uma fiscalização mais intensa.

Porém, as indústrias poluidoras continuaram calmamente a lançar os seus efluentes para o Rio... As pocilgas mantiveram-se em laboração... Regista-se uma corrida aos moinhos e azenhas, os quais são objecto de recuperações duvidosas.

Foi construída uma Estação de Tratamento de Água (ETA) em Barcelos.

Em final de 1991 iniciou-se, em Frossos, a construção de uma Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR).

Com esta ETAR, os esgotos de Braga passarão finalmente a ser tratados antes de serem lançados no Rio Cávado.

Maio de 92

É criada a Associação de Municípios do Vale do Cávado (AMVC) - há dinheiro europeu que é preciso captar.

Junho de 92

A ASPA realiza uma visita guiada ao Cávado, com o objectivo de sensibilizar os participantes para os aspectos do património natural e cultural que é urgente preservar.

Em Julho do mesmo ano, a ASPA promove um debate sobre o Cávado que se realizou no Museu do Mosteiro de S. Martinho de Tibães. Na sequência da visita guiada e do debate, elaborou-se um conjunto de recomendações que foram apresentadas aos Presidentes das Câmaras do Vale do Cávado.

Já em 93

Iniciou-se a construção de uma Estação de Tratamento de Águas (ETA), na Ponte do Bico.

A ASPA recebe o convite do Senhor Governador Civil para estar presente numa visita do Primeiro Ministro ao Rio Cávado. São então apresentadas as preocupações colhidas pela Associação relativamente à crescente degradação a que têm sido votadas as zonas ribeirinhas, suas azenhas e engenhos. Apela ainda à necessidade de ser dado apoio à inventariação e classificação do património natural e construído ainda existente.

Entretanto, a opinião pública é alertada através dos órgãos de comunicação para a existência de uma extracção clandestina de inertes em plena laboração - Adaúfe é o cenário desta ilegalidade.

Janeiro de 94

Mesquita Machado substitui Fernando Reis na presidência da AMVC.

...O futuro é uma incógnita.

RECOMENDAÇÕES ÀS CÂMARAS MUNICIPAIS E DEMAIS INSTITUIÇÕES COMPETENTES

Passeio pelas margens do Rio Cávado entre os concelhos de Braga, Amares e Póvoa de Lanhoso e debate com técnicos especializados:

PREÂMBULO

O Rio é o melhor exemplo de como, cada vez mais, as diferenças entre Património cultural e Património natural se esbatem numa relação íntima entre o que resulta da acção humana e o ambiente que a enquadra e a reforma.

As recomendações que a seguir enunciamos são o resultado de uma reflexão atenta e baseada em estudos de terreno que, considerando o Rio Cávado como um todo complexo, propõe a preservação e a divulgação daquele espaço fluvial na perspectiva englobadora do ambiente cultural e natural que o tem definido ao longo de séculos de história e que ainda hoje faz dele um elemento essencial da vida das populações dos concelhos por onde corre.

RECOMENDAÇÕES

- 1- É fundamental que, no mais curto espaço de tempo, seja inventariado e classificado o Património Rural Construído que povoa as margens e o leito do Cávado ao longo de todo o seu percurso: moinhos de água, moinhos de serra, azenhas, pesqueiras, engenhos de azeite, etc.
- 2- Após inventariação e classificação, deverão ser definidos, nos Planos Directores Municipais dos diversos concelhos, os locais a preservar, quer se trate de monumentos isolados, quer de conjuntos.
- 3- Recomenda-se a elaboração de planos globais e integrados (meio ambiente natural mais cultural) de recuperação/reutilização dos locais definidos em 2.
- 4- No que se refere ao Património natural, é igualmente necessário que se proceda à inventariação das espécies animais e vegetais das zonas ribeirinhas.
- 5- Em função das zonas ribeirinhas e seus habitantes (fauna e flora) inventariadas, deverão ser estabelecidas as áreas a integrar na Reserva Ecológica Nacional (REN), a fim de salvaguardar a sua preservação e recuperação.
- 6- Para a realização dos processos de inventariação, classificação e mesmo recuperação das áreas de Património Cultural e Natural a preservar, recomenda-se o estabelecimento de protocolos entre as Autarquias e as Escolas

Profissionais, as Associações Ecológicas e de Defesa do Património Cultural, a Universidade do Minho e outras que possam fornecer os recursos humanos e técnicos exigidos por estas tarefas.

7- É urgente que seja aumentada a capacidade de acção fiscalizadora das Câmaras Municipais, num sentido tanto pedagógico e preventivo, como, em último caso, verdadeiramente punitivo, a fim de evitar tanto a destruição e as recuperações desajustadas do Património Construído, como a poluição do Rio através do descarregamento de efluentes em ribeiros com águas de boa qualidade (caso muito concreto do aproveitamento dos moinhos para bares, que em si poderá ser uma iniciativa louvável, mas tem muito frequentemente efeitos desastrosos sobre as construções e sobre o próprio Rio- veja-se o caso do rio Puriço).

8- Recomenda-se a definição de critérios de construção de edifícios de habitação ou da indústria hoteleira sobre o Rio, bem assim como de reconstrução/recuperação.

9- De igual modo, deverá ser realizado um processo de definição e controlo das espécies vegetais a introduzir nas zonas ribeirinhas, tendo em atenção as espécies autóctones.

10- Para bem alcançar estes objectivos, é de extrema importância que se proceda à elaboração, preferencialmente pela Associação de Municípios do Vale do Cávado, de um folheto explicativo e de divulgação das normas de construção, recuperação e integração de espécies vegetais e animais nas zonas ribeirinhas, procurando interessar e integrar as populações no processo de preservação do Rio Cávado.

RECOMENDAÇÃO ESPECIAL

A ASPA recomenda às Câmaras Municipais integradas na Bacia Hidrográfica do Cávado a realização de uma reflexão aprofundada e a consulta a técnicos especializados (biólogos, geólogos, paisagistas, etc.) sobre o projecto relativo à captação de água do Cávado para abastecimento da sub-região do Vale do Ave, nomeadamente a elaboração de um estudo de impacto ambiental.

É um facto evidente que abastecer o Ave significa não resolver o problema do Vale do Ave, mas agudizar os problemas já existentes em diversos concelhos do Rio Cávado, nomeadamente Barcelos e Esposende.

Alertamos para as consequências nos concelhos abrangidos pela captação de água para o Ave, no que respeita aos riscos de consumo de águas salobras, ao aumento da concentração dos químicos, etc.

E quanto ao caudal da água: já foram feitos contactos com os serviços hidráulicos da EDP, no sentido de conhecer o caudal do Cávado nas diferentes épocas do ano?

Julho de 1992

VI
SUMÁRIO

I
APRESENTAÇÃO

CÁVADO: UM PROBLEMA DE TODOS
manuela barreto nunes

II
O RIO

PRADO E O CÁVADO NO "ARQUIVO PITORESCO"
henrique barreto nunes

A NAVEGABILIDADE DO CÁVADO: QUIMERA OU REALIDADE
miguel melo bandeira

III
HISTÓRIA E TRADIÇÃO

FONTES IMPORTANTES DE RENDIMENTO PARA O MOSTEIRO
aida mata

A LENDA DA BARCA
recolha de maria joão

IV
PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO E AMBIENTAL

OS ENGENHOS QUE O CÁVADO FAZ MEXER
maria joão

ENGENHOS DE LINHO NO RIO PURIÇO
amélia oliveira

CÁVADO: QUE CONSTRUÇÕES
antónio martins

CÁVADO : QUE AMBIENTE
pedro gomes

V
ANEXOS

CÁVADO - MEMORANDUM

RECOMENDAÇÕES AOS MUNICÍPIOS



100% Reciclado

